

O Plano Nacional de Dragagem (PND 2), será debatido hoje, durante sessão plenária do Tribunal de Contas da União (TCU). Após auditoria, foram avaliadas questões como licenciamento ambiental, procedimento licitatório e ainda se os preços cobrados são compatíveis com o mercado.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Setor defende manutenção da SEP

Possível extinção da pasta que comanda os portos brasileiros é vista com preocupação por empresários e especialistas do setor

DA REDAÇÃO

A possibilidade de que a Secretaria dos Portos (SEP) seja extinta ou absorvida por outro ministério, caso um estudo encomendado pelo governo prove que ela gera mais gastos do que resultados, é vista com preocupação pelo setor portuário. Especialistas e empresários defendem que os portos brasileiros sejam comandados por uma pasta específica, sob o risco de que o sistema portuário brasileiro perca sua importância, que é estratégica para o desenvolvimento do País.

A presidente Dilma Rousseff autorizou, na segunda-feira, a análise que prevê o enxugamento da máquina pública, visando a redução de gastos do Governo. Já está decidido que haverá redução, mas o Planalto ainda não informou quantos dos atuais 38 ministérios deixarão de existir ou serão aglutinados.

A exceção do estudo, por enquanto, vale para as secretarias de Igualdade Racial, Mulheres e Direitos Humanos que, no entendimento da presidente, devem ser preservadas. A justificativa é de que as três áreas possuem uma importância simbólica para o governo.

Como a SEP não está nesse grupo, especialistas do setor e representantes de entidades já demonstram preocupação. Para o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, caso o estudo que defenda a extinção da pasta, o



CARLOS NOGUEIRA

Especialistas afirmam que a incorporação da SEP em um ministério pode prejudicar o setor portuário

setor sofrerá um retrocesso.

“Hoje, nós temos um ministério que cuida dos problemas do setor de forma exclusiva. Os portos representam 95% das exportações. É muito para ficar sem prioridade”.

É justamente pelo receio de perder a importância na administração pública e o impacto que isso pode causar no comércio exterior, que o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC), Martin Aron, também chama atenção. Para ele, a pasta ele-

vou o setor a um nível que nunca existiu.

“Agente entende que, no momento que o Brasil atravessa, os portos precisam de infraestrutura e espaços bem definidos e dimensionados para que possamos ter um bom desempenho no comércio exterior. Esperamos que essa possibilidade de extinção da SEP não se concretize”, destacou Aron.

O secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos, José Eduardo Lopes, considera que os portos, por terem uma importância estratégica na economia do País, precisam

ter prioridade e um setor que trate as demandas de maneira mais próxima.

“Quando a SEP foi criada, todo mundo festejou. A extinção, agora, significa que os portos estão em um patamar inferior. Já existem dificuldades na solução de alguns problemas, em virtude da distância. Isso pode piorar ainda mais”.

Já para o presidente do Sindicatos dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Everandir Cirino dos Santos, a extinção da pasta será negativa para o setor, mas é preciso que a Secretaria

Mudanças na Codesp

A composição da diretoria-executiva da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) também poderá sofrer mudanças. O controle do Porto de Santos passou a ser reivindicado pela bancada do PMDB da Câmara dos Deputados, que já comanda a Docas do Rio de Janeiro. “O que a gente precisa na administração portuária é recuperar a gestão local e garantir a profissionalização dos dirigentes. A troca de dirigentes pela vertente política é um erro, pois causa quebra de continuidade e o setor precisa de planejamento”, critica o consultor portuário Sérgio Aquino. O fato também não é visto com bons olhos pelo presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli. “Esse é o mal histórico de todo o nosso sistema portuário brasileiro. Você desestimula toda a estrutura corporativa das Docas”. Já o secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos, José Eduardo Lopes, defende que a troca leve “alguém com conhecimento do setor para comandar a Codesp”.

prove a sua importância. “A SEP ainda não disse para o que veio e não resolveu problema da dragagem ou arrendamentos. Só serviu para indicações políticas”.

isso poderia estimular, por exemplo, o planejamento integrado, que envolve outros modais de transporte.

Em outubro do ano passado, a extinção da SEP foi pauta em Brasília. O receio era de que, com o início do segundo mandato de Dilma, o Governo decidisse em incorporar a pasta em outro ministério. O fato foi criticado por entidades e interlocutores do setor, que se vem, um ano depois, na mesma situação incerta.

Criada em 2007, a SEP foi considerada um divisor de águas. Pela primeira vez, os portos passaram a ter um órgão específico para cuidar das políticas públicas portuárias e, assim, oferecer mais representatividade na capital federal.

DESENVOLVIMENTO

O consultor portuário Sérgio Aquino fala que a tendência de que um ministério possa abranger todos os modais é adotada em outros países do mundo. “Mas para o Brasil é diferente. A nossa realidade impõe a necessidade mantermos um órgão específico para desenvolver o setor”, diz.

A opinião é compartilhada pelo também consultor Frederico Bussinger, que destaca a importância de manter a SEP, desde que haja uma administração descentralizada, oferecendo autonomia aos portos. Para ele,